

Protocolo de colaboração no âmbito da implementação do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos serviços públicos de transportes de passageiros inter-regional – CIM Região de Leiria e CIM do Oeste

Considerando que:

- a Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2019 - prevê o financiamento do designado «Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)», o qual tem por objetivo combater as externalidades negativas associadas à mobilidade, nomeadamente o congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social;
- a publicação do Despacho n.º 1234-A/2019, de 04 de fevereiro, veio clarificar que o PART é um programa de financiamento das autoridades de transporte para o desenvolvimento de ações que promovam a redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo, bem como o aumento da oferta de serviço e a expansão da rede;
- as autoridades de transportes contíguas podem, se assim o desejarem, articular-se no sentido de estender os apoios a serviços que abranjam os respetivos territórios, nos termos do n.º 7 do despacho n.º 1234-A/2019, de 04 de fevereiro;
- a CIM da Região de Leiria, e CIM do Oeste, enquanto autoridades de transportes, nos termos do artigo 9º do RJSPT, aprovado pela lei n.º 52/2015, de 9 de junho, pretendem, aplicando o princípio da reciprocidade, pretendem articular-se no sentido dos passageiros dos serviços públicos de transportes de passageiros inter-regional possam beneficiar das medidas previstas no âmbito da aplicação do PART;

Assim, por forma a regular a articulação entre a CIM da Região de Leiria e a CIM do Oeste, no sentido dos passageiros dos serviços públicos de transporte de passageiros inter-regional possam beneficiar das medidas previstas no âmbito da aplicação do PART, é celebrado o seguinte protocolo de colaboração, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Entre:

1ºOutorgante - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria - CIMRL, pessoa coletiva n.º 508035546, com sede no Edifício Maringá, n.º221, Torre 2, 2º andar, 2400-118 Leiria, representada por Raul Miguel de Castro, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal, adiante designada por segundo outorgante;

E

2ºOutorgante – Comunidade Intermunicipal do Oeste – OesteCIM, pessoa coletiva n.º 502266694, com sede na Avenida General Pedro Cardoso, 9, 2500-922 Caldas da Rainha,

representada por Pedro Miguel ferreira Folgado, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal, adiante designada por segundo outorgante;

Cláusula 1.^a

(Objetivo)

O presente protocolo tem como objetivo regular a articulação entre a CIMRL, e a OesteCIM, no sentido dos passageiros dos serviços públicos de transporte de passageiros inter-regional possam beneficiar das medidas previstas no âmbito da aplicação do PART, nos termos do n.º 7 do Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 fevereiro.

Cláusula 2.^a

(Deveres e Direitos dos Outorgantes)

Os outorgantes comprometem-se a levar a cabo as medidas necessárias para que os passageiros tenham acesso a uma redução mínima de 30% de desconto nos títulos de transporte de utilização mensal (passes) com origem/destino partilhado entre a Região de Leiria e a Região do Oeste, sendo 15% de redução da responsabilidade do PART da CIMRL e 15% da responsabilidade do PART da OesteCIM. O desconto aplica-se aos passes do serviço público de transporte de passageiros de modo rodoviário, e exclui os passes abrangidos pelo transporte escolar (educação pré-escolar, ensino básico, e secundário).

Cláusula 3.^a

(Alterações ao protocolo)

O presente protocolo pode ser alterado por acordo das partes, o qual terá que ser reduzido a escrito, passando este acordo a integrar o clausulado de Protocolo como emenda ao mesmo.

Cláusula 4.^a

(Comunicações)

1. As comunicações entre as partes a efetuar ao abrigo do presente protocolo devem ser feitas mediante correio eletrónico para:
 - a. Pelo primeiro outorgante - cimrl@cimregiaodeleiria.pt
 - b. Pelo segundo outorgante – transportes@oestecim.pt;

Cláusula 5.^a

(Resolução)

1. Caso alguma das partes não cumpra qualquer das obrigações emergentes do presente protocolo, pode a contraparte notifica-la, por escrito, para que a parte faltosa proceda ao respetivo cumprimento no prazo de trinta dias, após a receção da notificação.

2. Caso a parte faltosa não retome o cumprimento pontual do protocolo no prazo indicado no número anterior, pode a outra parte resolvê-lo, mediante comunicação por escrito, com a antecedência mínima de sessenta dias relativamente ao seu termo.

Cláusula 6.ª

(Conflitos e alteração)

1. Qualquer conflito emergente da interpretação, integração e execução do presente protocolo será esclarecido entre as partes;
2. O protocolo poderá ser modificado, no todo ou em parte, por comum acordo entre as partes.

Cláusula 7.ª

(Vigência do protocolo)

Este protocolo vigorará enquanto estiver em vigor o PART, com início nos passes vendidos para utilização em maio de 2019.

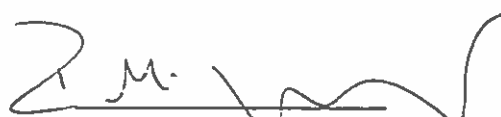
Feito em Leiria, em 26-4-2019, em dois exemplares ficando cada Outorgante na posse de um exemplar.

Pelo Primeiro Outorgante



Raul Miguel de Castro

Pelo Segundo Outorgante



Pedro Miguel Ferreira Folgado

